

Economista depõe e apresenta defesa

Autor de denúncias de favores à CPEM cita estatuto petista na comissão de ética

FERNANDO GRANATO

O economista Paulo de Tarso Venceslau utilizou o estatuto do PT para se defender ontem na comissão de ética do partido. Ele está sendo julgado por acusar a cúpula partidária de omissa na apuração das denúncias de favorecimento à Consultoria para Empresas e Municípios (CPEM) por prefeituras geridas pelo PT.

Ele leu para os cinco integrantes da comissão de ética, os artigos 12 e 13 do estatuto, que estabelecem direitos e deveres dos filiados. No 12, está escrito que os dirigentes do partido têm a obrigação de apontar irregularidades internas e, no 13, ser dever do filiado exercer controle sobre dirigentes e parlamentares. "Posso ter exagerado na forma, mas não no conteúdo das acusações", defendeu-se Venceslau. "Estou aliviado e, mesmo que resolvam excluir-me do PT, dei uma grande contribuição ao partido."

O líder petista Luiz Inácio Lula da Silva também deveria ser ouvido ontem pela comissão, mas o diretório nacional comunicou que seu depoimento foi adiado. Lula desembarcou pela manhã de viagem à Itália. Os integrantes da comissão foram sorteados nos diretórios regionais.

Acusação — Venceslau foi secretário de Finanças em duas cidades durante administrações do PT (Campinas e São José dos Campos) e acusou o advogado Roberto Teixeira — compadre de Lula e proprietário da casa em que ele mora de graça em São Bernardo do Campo (SP) — de intermediar os negócios que beneficiavam a CPEM em prefeituras governadas por petistas.

Teixeira, segundo Venceslau, propunha às prefeituras a contratação da CPEM, sem licitação, para calcular o índice de participação do município no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Venceslau denunciou o caso, em cartas, à direção do PT em 1993.

Em maio deste ano, repetiu as denúncias ao Jornal da Tarde. O PT instaurou uma comissão de sindicância que recomendou que Venceslau e Teixeira fossem levados à comissão de ética. Em relação a Venceslau, a sindicância concluiu que suas acusações foram feitas por "frustração" provocada pelo fato de as denúncias anteriores não terem sido investigadas pelo partido. Sobre Teixeira, a investigação concluiu que houve "abuso de confiança" — teria se aproveitado da amizade com Lula, para fazer as intermediações.